



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS
MASSAS

Órgão do Partido Operário Revolucionário
**Membro do Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**
www.pormassas.org -- fb.com/massas.por

Terceira Carta do Partido Operário Revolucionário

Aos trabalhadores e à juventude oprimida

Como combater a fome e a miséria Por onde começar

25 de maio de 2021

A barbárie capitalista avançou a tal ponto, que instituições da burguesia estão obrigadas a expor a gravidade da situação. As direções sindicais, movimentos e correntes de esquerda foram embalados pela repercussão da miséria e fome multiplicadas no último período, principalmente nesse um ano e três meses de pandemia. Abriu-se uma discussão institucional no Congresso Nacional. A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara foi acionada. Estiveram presentes capitalistas, como o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), e representantes do movimento dos pequenos agricultores.

O interesse pelo problema da fome foi despertado pelos *“Dados do Inquérito Nacional sobre a Insegurança Alimentar em Contexto de Covid”*. Teve grande repercussão a publicação do estudo *“Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil”*. A imprensa o repercutiu, expondo os assombrosos dados e a conclusão de que a miséria e a fome cresceram enormemente ao longo da pandemia. O Congresso Nacional e a imprensa tiveram de reconhecer a explosão do desemprego e subemprego, bem como a alta dos preços dos produtos da cesta-básica. Desemprego, subemprego e inflação formam uma combinação catastrófica.

Como um país pode suportar a diminuição da força de trabalho empregada de 93,7 milhões para 85,9 milhões; o aumento de 78,3 milhões para 90,9 milhões de pessoas sem trabalho? Como pode a maioria assalariada e o gigantesco contingente de desempregados e subempregados suportarem o aumento de 57% e 51%, no arroz e feijão, respectivamente? O desemprego e subemprego sobem, a renda do trabalho cai e a inflação alimentar dá um salto às alturas.

Eis as primeiras evidências do aumento da miséria e fome. Eis as primeiras explicações do fato de “116,8 milhões de brasileiros conviverem com algum grau de

insegurança alimentar e 19 milhões enfrentarem a fome, no último trimestre de 2020”. Os analistas e politiquieiros da burguesia vão até onde a constatação é demonstrada pela estatística. Como não podem ir ao fundo das causas, procuram justificativas que se limitam à política econômica e social do governo burguês de plantão. O fundamental do problema estaria nas *“políticas públicas”*. O que, certamente, não deixa de ter interferência no curso do empobrecimento generalizado das massas e no ritmo acelerado do crescimento da miséria e fome. Um exemplo discutido é o do auxílio emergencial, todos ficaram contentes com os R\$ 600,00, que alcançaram 66 milhões de brasileiros, inclusive as direções sindicais que o consideraram uma vitória. É claro que a sua diminuição - primeiro, para R\$ 300,00 e depois para uma média de R\$ 230,00, abrangendo 39 milhões de brasileiros - impacta sobre uma massa humana desempregada e subempregada. Se um governo é pródigo em programas assistenciais, é claro que comparece como mais preocupado com a miséria e a fome do que aquele que diminui o seu espaço no orçamento. Pode-se ainda considerar o peso da situação econômica. Se há um crescimento considerável, diminuem o desemprego e subemprego, o que por si só possibilita mais famílias terem o que comer, mesmo que insuficiente. Se houver um crescimento econômico e uma inflação estável, essa incidência será mais palpável ainda. No caso da queda econômica e das pressões inflacionárias, a pobreza e a miséria avançam. É o que está se passando no momento.

A posição do governo e do Congresso Nacional de reduzir a margem do assistencialismo social contribuiu para o agravamento da miserabilidade. Mas não é a causa. Nesse mesmo sentido, sob o governo de Lula, e em parte o de Dilma Rousseff, os indicadores de pobreza, miséria e insegurança alimentar foram reduzidos, ao ponto da ONU retirar o Brasil do Mapa

da Fome. O que não significou ir à raiz da causa. O reformismo criou a ilusão de que se estaria a caminho da eliminação gradativa da fome. Não por acaso, esse argumento ganha força política em meio aos desastres dos governos Temer e Bolsonaro. O reformismo não pode admitir que, nas condições de crise profunda da economia, nenhum governo burguês pode sustentar um gasto considerado elevado - segundo o critério da administração burguesa - destinado ao assistencialismo. Basta ver a mudança ocorrida no segundo mandato de Dilma Rousseff.

A gigantesca dívida pública e a pesada carga de juros comprometem boa parte do Orçamento. Os tentáculos desse polvo é parte do bloqueio das forças produtivas e, conseqüentemente, da extensa miséria da maioria oprimida. Nenhum dos críticos de Bolsonaro ousa atacar a sangria do Tesouro Nacional, provocada pela dívida pública. O peso da dívida pública na política econômica resulta, em grau distinto, em meio ao crescimento ou à queda econômica. Para comparar governos e políticas econômicas, é preciso considerar os fatores de conjunto, nas condições particulares do momento. Principalmente, no que diz respeito à pobreza, miséria e fome. Os dados demonstram, sem dúvida, que a política antinacional e antipopular de Bolsonaro é um fator de agravamento das condições de existência da maioria oprimida, golpeada pela pandemia, demissões e rebaixamento salarial. O que deve ser questionado é o argumento de que basta mudar a orientação governamental das denominadas políticas públicas, para então enfrentar as chagas mais mutiladoras e mortais, que vitimam os explorados. Esse uso eleitoral tem de ser desmascarado, denunciado e combatido, perante o proletariado e demais trabalhadores.

A CUT, em sua convocatória à manifestação do dia 29 de maio, recorre a essa explicação, afirmando que *"a população enfrenta alta taxa de desemprego e o drama de ter nosso país retornando ao Mapa da Fome da ONU, depois de termos conseguido sair deste triste quadro em governos anteriores, que adotaram políticas públicas de inclusão social"*. A ONU pode ter tirado o Brasil do Mapa da Fome, mas isso não significa que, na realidade, a fome deixou de mutilar vastas camadas da população. Esse jogo propagandístico eleitoral não tem como esconder que o aumento ou diminuição da fome expressam, antes de tudo, a situação econômica do momento e as condições da exploração e acumulação de capital. Em 2013, as estatísticas indicavam que 23% dos lares se debatiam com *"insegurança alimentar"*. Esse indicador, que já era alto, saltou para 37%, entre 2017-2018. Não há dúvida de que a queda econômica de 2014 e a re-

cessão de 2015-2016 deram início à volta do Brasil ao Mapa da Fome. Repetimos, as políticas públicas podem amenizar mais ou menos, mas não podem resolver o problema. A experiência indica que os emplastos colocados sobre as profundas chagas funcionam como uma máscara à tragédia vivida no dia a dia pelas famílias operárias e camponesas.

Em 1946, Josué de Castro apresentou um estudo aprofundado no livro *"Geografia da Fome"* e, em 1957, o completou com a obra *"Geopolítica da Fome"*, quando era deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Foi cassado em 1964, por suas posições nacionalistas. O seu mérito se deveu à demonstração de que havia causas sociais para a fome, derrubando a tese das condições climáticas e rejeitando absurdos como o comportamento ocioso dos trabalhadores, entre outras críticas. Estabeleceu, no entanto, a conclusão equivocada de que a miséria e a fome poderiam ser combatidas por meio da distribuição de riquezas, que se achavam extremamente concentradas. Defendeu a reforma agrária, como uma via de se alcançar uma distribuição alimentar necessária à solução do problema da fome. Como nacionalista, não pôde entender que a burguesia não tinha como realizar a tarefa democrática da reforma agrária. No mesmo sentido, nenhum governo burguês poderia levar o Estado a promover uma ampla distribuição de riqueza, pela via de políticas públicas. Os reformistas, de nossos dias, praticamente abandonaram a bandeira da reforma agrária. Restou a tese da distribuição de riquezas, que serve às imposturas políticas eleitorais.

A fome faz parte da história econômica e social do país. É, portanto, estrutural. Reflete a condição de país semicolonial, cujas forças produtivas internas estão entrelaçadas e condicionadas pelas forças produtivas mundiais, chefiadas pelo imperialismo. Não por acaso, essa é a realidade da América Latina e dos demais continentes, em que predominam os países de economia atrasada, como apontou Josué de Castro no livro *Geopolítica da Fome*. Por ser estrutural, não há política pública capaz de erradicá-la. A posição de amenizar a fome serve à burguesia e à manutenção do capitalismo. Em certo sentido, continua válida a tese da reforma agrária, desde que seja parte e produto da revolução proletária. A liquidação do poder latifundiário e a transformação da avançada agroindústria em produção socialista no campo permitiriam resolver rapidamente a miséria do camponês. A revolução agrária é uma tarefa democrática burguesa, que somente o programa da classe operária corresponde às condições históricas para o seu cumprimento.

A expropriação da burguesia e a transformação

da propriedade privada dos meios de produção são o ponto de partida para iniciar a erradicação da pobreza, miséria e fome. É obrigatório desenvolver no interior das lutas a estratégia de poder do proletariado e a forma de governo a ser implantada pela revolução social. A necessidade do proletariado unir a maioria oprimida, para potenciar as forças transformadoras, dá lugar à luta por um governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura da maioria oprimida sobre a minoria opressora. É com esse programa que se torna viável a erradicação da fome. Evidentemente, para a classe operária e os demais explorados convergirem seus instintos de revolta com esse programa têm de passar por inúmeras etapas no processo único de materialização de sua estratégia de poder.

Objetivamente, o movimento operário, camponês e popular se encontra em grande atraso diante do capitalismo que se desintegra e de suas nefastas consequências sociais. O problema está em ir superando esse atraso nas condições objetivas, cujas premissas, para a revolução proletária, estão mais do que amadurecidas. Nenhum radicalismo verbal serve para cumprir esse objetivo. Ao contrário, atrapalha, dificulta a fusão da vanguarda revolucionária com o proletariado. O fato dos explorados suportarem um ano e três meses da fulminante pandemia, do desemprego crescente, da perda salarial, da destruição de direitos e do avanço da fome, sem explodir em movimentos radicais de massa, põe à luz do dia a profunda crise de direção revolucionária.

Somente uma aliança da burocracia sindical com uma fração governamental dos capitalistas poderia bloquear tão poderosamente os instintos de revolta dos pobres e famintos. Essa mesma burocracia e seus mentores partidários – PT, PCdoB, PDT, PSB, principalmente – agora dizem que chegou o momento de voltar às ruas, para substituir o governo burguês de Bolsonaro, militarista e fascizante, por um governo burguês democratizante e supostamente capaz de reverter os retrocessos da política pública. Durante tanto tempo, com a pandemia matando diariamente e os capitalistas fechando fábricas e demitindo, essas direções não fizeram senão barrar a luta e substituí-la por campanhas filantrópicas. Campanhas essas orquestradas por poderosos grupos econômicos e pela maior fonte de obscurantismo, que são as igrejas. Os burocratas e reformistas derramam lágrimas sobre as 450 mil mortes pelo Covid. Lamentam o crescimento da pobreza, fome e miséria. E exortam os explorados a trocarem um burguês maldito por um governo burguês bendito. Isso, ocultando para as massas o caráter de classe dos governos e a sua função de sustentar a propriedade

privada dos meios de produção, redigida pelos monopólios e capital financeiro. É um imperativo combater essa barreira ideológica, política e organizativa, para abrir caminho à luta contra a fome. Obrigatoriamente, o ponto de partida dessa luta está na defesa do emprego, do salário e das conquistas trabalhistas.

A burocracia se nega a unir os empregados e desempregados em um amplo movimento em defesa da força de trabalho. Sabe que convocar assembleias, organizar greves, preparar ocupações e ganhar as ruas pelos empregos e salários levam os explorados a se chocarem com os seus exploradores, a reconhecerem a dominação burguesa como a fonte originária da pobreza, miséria e fome. Assim, desvia a luta de classes para o caminho da farsa das políticas públicas, da distribuição de renda e do assistencialismo. O problema fundamental das direções traidoras está em como evitar que a revolta instintiva das massas tome a forma da luta de classes, por suas reivindicações próprias, como são os empregos, salários e direitos trabalhistas.

A esquerda centrista, que, como tal, se debate na contradição entre o reformismo e o marxismo, tem evidenciado a sua mais completa impotência. O PSTU e PSOL seguiram passo a passo as pressões da burocracia encasteladas nas centrais sindicais, ajudando-as a bloquear qualquer iniciativa que desse lugar ao movimento de massa. Por força das circunstâncias, a central dirigida pelo PSTU, a CSP-Conlutas, teve de mobilizar restritamente os metalúrgicos que perderam seus empregos com o fechamento da LG. Agora, vem dizer que chegou o momento de voltar às ruas. Não há hipocrisia mais grosseira que essa. No 1º de Maio todas as centrais, sem exceção, e quase todos os partidos de esquerda se negaram a realizar manifestações presenciais. Poucas semanas depois, dizem que, agora sim, é preciso combater com manifestações o governo de Bolsonaro. Requentam a bandeira do “Fora Bolsonaro”, que tem por conteúdo o impeachment ou eleição presidencial. As duas variantes são burguesas, uma vez que não são as massas que golpeiam o governo da burguesia com seus métodos e organizações próprias. Essas direções de conjunto devem ser rechaçadas pela classe operária, pelos camponeses pobres e pela juventude oprimida. Não têm nenhuma moral revolucionária, para condenar a fome que avança, já que são responsáveis pelo bloqueio da luta de classes, única via possível de combater o desemprego e o subemprego.

É com essa linha e com o programa de emergência próprio dos explorados, que a vanguarda com consciência de classe deve organizar e intervir nas manifestações de 29 de maio.